

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Marco do cooperativismo solidário



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Os deputados federais petistas gaúchos Denise Pessôa, Bohn Gass, Alexandre Lindenmeyer e Marcon integram o grupo de 37 parlamentares que apresentaram um projeto de lei para instituir o “Marco Legal das Cooperativas Solidárias”. Caso seja aprovada, a proposta legislativa cria uma categoria específica para empreendimentos populares, diferenciando-se do cooperativismo empresarial tradicional regido por uma legislação de 1971. “Cria-se um campo específico do cooperativismo onde este instrumental jurídico possa ser utilizado com maior facilidade pelos setores populares”, escreve o deputado federal Fernando Mineiro (PT-MG). O texto agora seguirá para avaliação das comissões.

Audiência pública sobre hidrovias do RS

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Anatq) marcou para o dia 11 de agosto a audiência pública virtual para colher contribuições sobre a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (Saip Sul-Mirim). O projeto envolve os acessos hidroviários aos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, além de trechos navegáveis da Lagoa dos Patos, do Lago Guaíba e dos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí. A sessão será transmitida ao vivo pelo YouTube da Antaq.

Transporte rodoviário no Mercosul

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, reuniu-se em Brasília com o embaixador do Uruguai no Brasil, Rodolfo Nin Novoa, para fortalecer a cooperação no transporte rodoviário internacional no Mercosul. O tema impacta diretamente o RS, que compartilha 1.068 quilômetros de fronteira com o vizinho e concentra os principais corredores logísticos e turísticos da região.

Verba para General Câmara e Sananduva

A Defesa Civil reconheceu a situação de emergência em mais 15 cidades do Estado atingidas pelas fortes chuvas (Áurea, Braga, Constantina, Dois Irmãos das Missões, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Humaitá, Jacutinga, Ponte Preta, Porto Xavier, Redentora, São Valério do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul e Vila Nova do Sul). Além disso, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) autorizou o repasse de R\$ 2 milhões para ações de recuperação nos municípios gaúchos de General Câmara (R\$ 1,14 milhão) e Sananduva (R\$ 950,2 mil).

Mapa corrige dados do milho no RS

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) atualizou os dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para a primeira safra de milho no Rio Grande do Sul. A revisão ocorreu após demandas do setor produtivo no Noroeste gaúcho, o que levou a equipe técnica da Embrapa a reavaliar as projeções e identificar um erro. “Como consequência, o risco de geada em alguns municípios foi superestimado, impactando as janelas indicadas para semeadura”, explicou o Mapa.

Segurança em transformação

Com a queda das mortes violentas, mas o avanço dos feminicídios, do crime organizado e dos golpes digitais, a segurança pública voltou ao centro do debate. Especialistas defendem mais tecnologia, como o uso de câmeras de segurança, transparência e modernização das polícias para enfrentar a nova realidade da violência.

Novo confirma Romeu Zema como candidato ao Planalto

Partido enfrenta obstáculos para fechar chapa ao Palácio do Planalto



O Partido Novo oficializou, ontem, a candidatura do ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema à Presidência da República, em convenção realizada em Brasília. A sigla, porém, ainda não definiu quem será o vice na chapa.

Em seu discurso, Zema abordou o escândalo do Banco Master, defendeu o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e conteve críticas ao senador Flávio Bolsonaro (PL), seu adversário na corrida presidencial. Quando questionado, disse que concederia indulto ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Quero que o Brasil resolva injustiças cometidas em relação aos atos do 8 de Janeiro. Temos pessoas que não sabiam o que estavam fazendo e estão detidas. Se houve uma tentativa de golpe, que haja um julgamento imparcial, e não um julgamento político, como aconteceu. Precisamos passar uma borracha e olhar para o futuro. No que depender de mim, será feito (o indulto a Bolsonaro)”, afirmou Zema.

A convenção confirmou a candidatura de Zema por aclamação, sem contagem de votos. O presidente do partido, Eduardo Ribeiro, afirmou que a sigla lançará outros 150 candidatos pelo Brasil, a

maioria para disputar vagas para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

O Novo enfrenta obstáculos para achar um nome para compor chapa, diante da dificuldade de Zema em crescer nas pesquisas. Na véspera, o ex-governador citou a possibilidade de ter o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa como vice. “A competência de Zema não se compara à de outros candidatos. Ele não deixou o PT voltar (em Minas Gerais). Uma boa gestão com pessoas dedicadas, íntegras e corajosas enterra o PT. Vamos enterrar o PT como enterramos em Minas Gerais”, afirmou Ribeiro.

No levantamento Datafolha divulgado na última sexta-feira, o ex-governador de Minas teve 3% de intenção de voto. Zema tem perfil de direita e conservador, disputan-

do o mesmo eleitorado com Ronaldo Caiado (PSD), que teve 4%, e Flávio Bolsonaro, que marcou 32%.

Em relação à sua posição nas pesquisas, Zema afirmou que melhorará seus números com o início da campanha. “Em 2018 eu tinha 0% de conhecimento e venci a eleição. A eleição é como um cardápio de restaurante, só abrimos quando estamos lá. O brasileiro só vai sintonizar no ‘modo eleição’ mais adiante.”

O ex-deputado Deltan Dallagnol, também filiado ao Novo, defendeu a candidatura de Zema, apesar de ser pré-candidato fazendo dobradinha com o PL no seu estado, o Paraná. Nos bastidores, uma parte da bancada do Novo colocou como condicionante de apoio a Zema uma moderação das suas críticas a Flávio.



NOVO RS / DIVULGAÇÃO / JC

Ex-governador de Minas, Zema foi oficializado, mas ainda não tem vice

Ex-presidente do STF, Gallotti morre aos 95 anos

/ OBITUÁRIO

O ex-presidente e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) aposentado Octavio Gallotti, 95 anos, faleceu neste domingo.

O velório, aberto ao público, foi realizado no Salão Branco do STF, nesta segunda-feira. O sepultamento será hoje, no Rio de Janeiro.

Natural da capital fluminense, Gallotti integrou o Supremo Tribunal Federal de 1984 a 2000, período em que participou da consolidação da jurisprudência da corte após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Presidiu o STF entre 1993 e 1995 e o Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) entre 1994 e 1996.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, destacou a contribuição de Gallotti para o País.

“Magistrado de notável cultura jurídica, espírito público exemplar e inabalável compromisso com a Constituição, o Ministro Gallotti deixou marcas permanentes na construção da jurisprudência e no fortalecimento das instituições democráticas do País”, ressaltou o ministro Fachin.

“Ao longo de sua vida pública, exerceu a judicatura com independência, serenidade e elevado senso de dever, sempre orientado pelos valores da inte-

gridade, da prudência e da defesa do Estado de Direito. Seu legado transcende as decisões que proferiu, projetando-se na formação de gerações de juristas e na consolidação da confiança da sociedade no Poder Judiciário.”

Em nota, o Ministério Público Federal (MPF) também manifestou pesar pelo falecimento do ministro Octavio Gallotti.

“Sua atuação, marcada pelo equilíbrio, pela independência e pelo rigor técnico, deixa um legado de inestimável valor para o Direito brasileiro e para a consolidação do Estado Democrático de Direito e fortalecimento das instituições”, frisou o texto do MPF.